



Anais da Assembléia

Nº 35

CURITIBA, QUARTA FEIRA, 05 DE MAIO DE 1982

ANO VIII

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

ATA da 31ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 5 DE MAIO DE 1982

QUARTA-FEIRA

Presidência do Senhor Deputado Fiori Luiz, secretariada pelos Srs. Deputados Tércio Albuquerque e Ailton Cordeiro.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados. João Mansur, Gilberto Carvalho, Fiori Luiz, Augusto Carneiro, Nilso Sguarezi, Ezequias Losso, Edilson Alencar, Adalberto Daros, Ailton Cordeiro, Antônio Cotrim, Antônio Facci, Basílio Zanusso, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, Deni Schwartz, Egon Pudell, Erondy Silvério, Fabiano Braga Côrtes, Fidelcino Tolentino, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gabriel Sampaio, Gernote Kirinus, Gilberto Agibert Filho, João Elísio, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto de Oliveira, Mário Celso, Nelson Friedrich, Nelson Buffara, Nestor Baptista, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Renato Bueno, Romero Filho, Rosário Pitelli, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Túlio Zanchet, Valduga, Valter Pietrângelo, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes. (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE — Em discussão a ata.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Para discutir, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, uma correção na ata da sessão de ontem, porque consta como sendo de autoria deste Deputado, projeto de lei dando nova denominação ao Município de Altamira para Altamira do Norte, o que não é verdadeiro. A autoria é de outro parlamentar que não podemos aqui nominar porque não sabemos.

É apenas isso, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Fiori Luiz) — A Presidência defere e será retificada a ata.— Aprovada.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Mensagens:

Mensagem n.º 52/82

Prop. 43/82

Curitiba, 27 de abril de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os municípios adiante mencionados,

objetivando aplicação de recursos financeiros da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC, em obras de interesse metropolitano:

Município	Número e data do convênio
Colombo	25/82 — 19/03/82
Contenda	26/82 — 31/03/82
Mandirituba	27/82 — 17/03/82
Piraquara	28/82 — 07/04/82
Quatro Barras	29/82 — 30/03/82
Rio Branco do Sul	30/82 — 19/03/82
São José dos Pinhais	31/82 — 21/03/82

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado.

—Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 53/82

Prop. 44/82

Curitiba, 27 de abril de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Administração e os municípios adiante mencionados, objetivando aplicação de recursos financeiros da Cota-Parte Estadual do Adicional Restituível do Imposto Único sobre Lubrificantes e Combustíveis Líquidos e Gasosos de 1982.

Município	Número e data da celebração
Almirante Tamandaré	08/82 — 07/04/82
Araucária	09/82 — 31/03/82
Balsa Nova	10/82 — 19/03/82
Bocaiúva do Sul	11/82 — 24/03/82
Campina Grande do Sul	12/82 — 17/03/82
Campo Largo	13/82 — 31/03/82
Colombo	14/82 — 19/03/82
Contenda	15/82 — 31/03/82
Piraquara	16/82 — 07/04/82
Quatro Barras	17/82 — 30/03/82
Rio Branco do Sul	18/82 — 19/03/82
São José dos Pinhais	19/82 — 04/03/82
Araucária	20/82 — 31/03/82
Balsa Nova	21/82 — 19/03/82
Bocaiúva do Sul	22/82 — 24/03/82
Campina Grande do Sul	23/82 — 17/03/82
Campo Largo	24/82 — 31/03/82

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 54/82

Curitiba, 27 de abril de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do Termo de Ajuste n.º 1, datado de 16 de março de 1982, ao convênio SISNIC n.º 1/79, celebrado entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, objetivando cooperação técnica e financeira com vistas à elaboração do projeto "Pesquisa Conjuntural do Comércio Varejista".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 55/82

Curitiba, 27 de abril de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, a inclusa cópia autêntica do convênio celebrado em 25 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio e o Ministério da Indústria e do Comércio, através do Conselho de Desenvolvimento Comercial, visando a realização da "XFENAM — Feira Nacional da Madeira".

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto do tratado.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

Mensagem n.º 56/82

Curitiba, 27 de abril de 1982.

Sr. Presidente.

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para os fins constitucionais, as inclusas cópias autênticas de convênios celebrados em 10 de fevereiro de 1982, entre o Estado do Paraná, o Ministério dos Transportes e os municípios adiante mencionados, com a interveniência da Empresa Brasileira dos Transportes Urbanos, objetivando a execução de obras de pavimentação de vias utilizadas pelos transportes públicos em áreas onde residem populações de baixa renda.

Município

número de convênio

Colombo

EBTU n.º 15/82

Mandirituba

EBTU n.º 16/82

Ponta Grossa

EBTU n.º 17/82

Cascavel

EBTU n.º 18/82

Foz do Iguaçu

EBTU n.º 19/82

Londrina

EBTU n.º 20/82

Maringá

EBTU n.º 21/82

Piraquara

EBTU n.º 22/82

Paranavaí

EBTU n.º 23/82

Quatro Barras

EBTU n.º 24/82

Rio Branco do Sul

EBTU n.º 25/82

São José dos Pinhais

EBTU n.º 26/82

Almirante Tamandaré

EBTU n.º 27/82

Araucária

EBTU n.º 28/82

Apucarana

EBTU n.º 29/82

Campina Grande do Sul

EBTU n.º 30/82

Campo Largo

EBTU n.º 31/82

Umuarama

EBTU n.º 32/82

O interesse público na aprovação da medida ora submetida à apreciação dessa augusta Casa, está expresso no próprio texto dos tratados.

Certo de que a solicitação formulada merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) NEY BRAGA

Governador do Estado

— Ao Departamento Legislativo.

INDICAÇÃO:

INDICAÇÃO

Sr. Presidente.

A LIDERANÇA DA BANCADA DO PMDB — Partido do Movimento Democrático Brasileiro, REQUER a substituição do Deputado NILSO SGUAREZI, indicando para compor, na qualidade de Membro Suplente da Comissão Parlamentar de Inquérito — CPI que deverá apurar Responsabilidades e Causas das Enchentes do Rio Paraná e seus Afluentes, a ser realizada nesta augusta Casa de Leis, com duração de 90 (noventa) dias, ficando assim constituída:

MEMBROS EFETIVOS

EDILSON ALENCAR

ANTÔNIO ROMERO FILHO

MEMBROS SUPLENTE

PINTO DIAS

GERNOTE KIRINUS

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1982.

(a) TRAJANO BASTOS.

REQUERIMENTOS:

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER REGIME DE URGÊNCIA para o Projeto de Lei n.º 03/82, que denomina Vereador PEDRO JOSÉ DA SILVA, a PR-469 que liga Pato Branco-Itapejara-Verê-Dois Vizinhos.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) NILSO SGUAREZI.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

REQUEIRO, na forma regimental, preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 90 e 91/81, constantes da Ordem do Dia marcada para hoje.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1982.

(a) LEÔNIDAS CHAVES.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa de publicação de Redação Final do Projeto de Resolução n.º 02/82, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, no Município de Chopinzinho, para fins de consulta à população sobre a criação de município de Sede Sulina.

Sala das Sessões, em 5 de maio de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, dispensa da publicação da Redação Final do Projeto de Lei n.º 24/80, deste Deputado, que cria o Município de Pranchita.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1982.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, se registre nos Anais da Assembléia Legislativa um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. Palmiro Becki, da Cidade de Santa Izabel do Oeste, ocorrido em casa hospitalar de Pato Branco, no dia 01 de maio de 1982.

Outrossim, REQUER que do presente se dê ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1982.

(a) DENI SCHWARTZ.

JUSTIFICATIVA:

O Sr. Palmiro Becki deixa, ao falecer aos 47 anos de idade, viúva a Senhora Ladi Becki, os filhos Moacir Bechi, casado com a Senhora Sônia e Loire, casada com o Sr. Moisés Antônio Bechi, todos residentes em Santa Izabel D'Oeste.

Era pioneiro daquele município, pois tendo ali chegado há mais de 20 anos, muito contribui para o progresso do município e região, com participação destacada.

Dentre os diversos cargos que exerceu podemos destacar o de Delegado de Polícia e o de Vereador para o qual foi eleito em 1976, cujo mandato ainda exercia. Na Câmara Municipal ocupou o cargo de primeiro secretário, paralelo a uma atuação das mais respeitadas.

Assim, espero contar com o apoio dos Senhores Deputados com assento nesta Casa, pois a memória de Palmiro Becki é sem dúvida merecedora desta homenagem.

Endereço: Avenida dos Pinheiros, s/n.º - Santa Izabel D'Oeste.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições parlamentares, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos de hoje, um voto de profundo pesar pelo falecimento do Sr. JOÃO INÁCIO THOMAS, ex-Vereador e comerciante muito estimado e conhecido no Distrito de Sede Sulina, Município de Chopinzinho, Estado do Paraná.

REQUER-SE ainda, que se dê ciência do presente ao genro: SR. FREDERICO DE CARLI E ESPOSA, residentes em Sede Sulina, Município de Chopinzinho - Pr.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a suspensão da Sessão Plenária do dia 06 do corrente mês, tendo em vista que na Capela desta Casa será velado o Corpo do Engenheiro OPHIR RUY WOITOWICZ, Cidadão Benemérito do Paraná, recentemente falecido na Alemanha Ocidental. Ao mesmo tempo, solicita a convocação de sessão plenária para às 10:00 horas, do dia 07 do corrente.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO.

REQUERIMENTO

Sr. Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER, a inserção em ata de um voto de regozijo pela passagem do 26.º Aniversário de Fundação do semanário "VOZ DO PARANÁ".

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO.

JUSTIFICATIVA:

Venho a esta tribuna para registrar nesta Casa o 26.º aniversário de fundação do semanário católico "VOZ DO PARANÁ" que completa neste mês de maio mais de um quarto de século participando viva e ativamente da história paranaense, sob a sábia orientação da Igreja, a quem o jornal está profundamente ligado.

É no terceiro domingo de maio que a Igreja comemora o Dia Mundial dos Meios de Comunicação Social, instituído pelo Papa Paulo VI. É uma coincidência extremamente feliz esta, pois ao mesmo tempo em que a "VOZ DO PARANÁ" desempenha um papel de importância dentro do contexto sócio-cultural e econômico do Estado, sobressaindo-se como um dos mais combativos e lúcidos órgãos da nossa imprensa, é também um reflexo de cada momento vivido pela Igreja.

Embora estreitamente ligado à Igreja e aos fundamentos da Fé Cristã, a "VOZ DO PARANÁ" é um periódico dirigido e editado por leigos católicos, destacando-se entre eles o jornalista Roaldo Amudsen Koehler e Aroldo Murá Gomes Haygert, juntamente com um punhado de outras pessoas que se dedicam a esse mistér, têm, muitas vezes com dificuldades inimagináveis, realizado um trabalho digno do aplauso de todos nós e louvável em todos os sentidos, não só pela carga informativa de alto conceito que produz, mas também pela formação de uma opinião pública sob os princípios da civilização cristã, límpida, sem distorções e das mais sadias, assim como o alimento espiritual que oferece aos seus leitores, farto de fé, amor, trabalho, verdade que tantos têm procurado hoje em dia.

Exemplo desse trabalho formidável que vem sendo empreendido é justamente a edição-documento com que "VOZ DO PARANÁ" comemore seus 26 anos de existência, inteiramente dedicada à evocação de preciosos registros históricos e à análise do papel desenvolvido pelos meios de comunicação social, através de seus principais veículos e profissionais que participaram e que participam profundamente da construção e do desenvolvimento do Estado do Paraná. A edição especial circulou no último dia 01 de maio e recebeu os maiores elogios da imprensa paranaense.

Entre os que colaboraram escrevendo artigos para esta edição da "VOZ DO PARANÁ" destacam-se nomes como os dos jornalistas Francisco Cunha Pereira Filho, que com muita coragem abordou o papel desempenhado pela imprensa em nossa sociedade, e em especial o seu jornal, "Gazeta do Povo", Padre Pedro Gilberto Gomes, responsável pela pastoral da Comunicação Social da Arquidiocese de Curitiba; Celso Ferreira do Nascimento; Francisco Alves dos Santos, Almir Feijó Júnior; Ayrton Baptista; João José Werzbitzki; Ubiratan Lustosa, Elson Faxina e Luiz Geraldo Mazza.

Sobre a "VOZ DO PARANÁ", o próprio arcebispo metropolitano, Dom Pedro Fedalto informou que "depois de 26 anos valeu a pena ter existido o semanário". Estaria inclusive disposto a fundá-lo, hoje, como em 1956, sob a mesma inspiração de Dom Manuel D'Elboux e de Dom Geraldo Fernandes, recentemente falecido. Esta afirmação, tenho certeza, representa uma verdadeira "injeção" de ânimo para que se propôs a fazer - e o faz muito bem - um jornal pluralista, mesmo com o pagamento dos tributos da incompreensão a que às vezes está sujeito por causa disso.

Ao registrar o transcurso dos 26 anos interruptos da

"VOZ DO PARANÁ", solicito à Casa, a transcrição em ata, do editorial publicado na edição de número 1288, do citado órgão intitulado: "Comuniquemos a Verdade e o Bem".

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER a inserção em Ata de um voto de regozijo pela edição do livro "UM POUCO DE MIM", de autoria de Eleonora Brasil Pompeo.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento pretende registrar a edição da obra que reúne poesias da escritora curitibana Eleonora Brasil Pompeo, filha do igualmente poeta e escritor Francisco Tibúrcio da Silva Brasil, que literariamente assinava seus trabalhos com o nome de "Silvas do Brasil". A autora em questão, representa uma das mais lídimas representantes da nossa cultura literária, tendo com seu conjunto de poemas intitulado "Emoções Esparsas", participando de "Um Século de Poesia", coletânea que focalizou poetisas paranaenses em homenagem ao centenário do Paraná, em 19 de dezembro de 1953. Com "Cântaro Vazio", participou também do Anuário de 1979, "Poetas do Brasil", tendo ainda suas produções figurado freqüentemente em jornais da Capital e do Interior, além de periódicos de outros Estados.

Colaboradora de diversas revistas e pertencente a diversas entidades literárias de caráter estadual e nacional, Eleonora Brasil Pompeo já obteve vários prêmios por sua intensa atividade, destacando-se entre eles o primeiro lugar do Concurso de Monografias Reinaldo Scharffenberg de Quadros instituído pelo Lions Centro de São José dos Pinhais, Menção Honrosa do Centro de Letras do Paraná e diploma do primeiro Concurso de Declamação e Poesia na Semana Tuiuti, promovido pelo Colégio Tuiuti, em Curitiba, em maio de 1973.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, após ouvido o Plenário, respeitosamente REQUER o envio de apelo apoiando reivindicações já enviadas pelo Presidente da Organização das Cooperativas do Paraná, Sr. Guntolf Van Kaick, aos Ministros Amaury Stábile, da Agricultura, Delfim Neto, do Planejamento; Ernani Galvêas, da Fazenda; aos Presidentes do Banco do Brasil S/A, do Banco Central e da Comissão de Financiamento da Produção, além dos diretores de crédito rural, tanto do Banco do Brasil como do Banco Central.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1982.

(a) AIRTON CORDEIRO

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento tem por objetivo ver atendidos os pleitos das cooperativas filiadas à Organização das Cooperativas do Paraná - OCEPAR, que têm manifestado sua preocupação em relação à necessidade do Governo manter volume de recursos financeiros, para comercialização da safra em fase de colheita, compatível com a quantidade de produtos que vêm sendo recebida do quadro social, basicamente com recursos do EGF (Empréstimos do Governo Federal).

Tem-se notado alguns desvirtuamentos na política de preços mínimos, onde alguns produtores têm recebido preços abaixo do preço mínimo. O desvirtuamento dá-se em função do volume de recursos destinados às cooperativas não ter sido suficiente para atendimento de todos os produtores, facilitando

ação de intermediação, que entra no mercado ofertando preços irrisórios e obrigando o produtor a entregar o fruto de seu trabalho a preços abaixo do mínimo.

Toma-se por isso, imprescindível a ação governamental visando suprir as cooperativas com recursos financeiros para a comercialização da safra, compatíveis com a necessidade de amparar toda a produção.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Parlamentar que este subscreve, atendendo as formalidades regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Excelentíssimo Sr. JOÃO BAPTISTA FIGUEIREDO, Digníssimo Presidente da República, sugerindo o reconhecimento por parte do Governo Brasileiro, da representatividade da FRENTE FARABUNDO MARTI PARA LIBERTAÇÃO NACIONAL e da FRENTE DEMOCRÁTICA REVOLUCIONÁRIA DE EL SALVADOR, contribuindo desta forma para que se efetivem as negociações propostas ao governo salvadorenho pelas duas frentes aqui citadas.

É o que requer.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) GERNOTE KIRINUS

Apoio: TRAJANO BASTOS, JOSÉ TAVARES, DENI SCHWARTZ e CYRO MARTINS.

JUSTIFICATIVA:

A guerra extremamente violenta em El Salvador, que já vitimou cerca de 38 mil pessoas, a maioria constituída de cidadãos civis desarmados, tem suas raízes no início do século, quando uma grave crise econômica na zona rural desatou uma campanha de extermínio de 30 mil camponeses em 1932.

De lá para cá, a má distribuição fundiária aliada à má e precária situação dos trabalhadores urbanos e ao complicado quadro político-institucional daquele país, transformou a menor nação americana numa verdadeira "panela de pressão". A luta armada que já dura quase três anos, não foi abrandada com a realização das eleições de 28 de março e a previsão é de um crescimento dos combates.

É certo que a única alternativa de paz que se vislumbra em El Salvador, hoje, é o início de negociações entre as partes beligerantes (Frente Farabundo Marti para a Libertação Nacional e as forças governamentais) antecedida da retirada da ajuda militar externa ora existente.

É muito importante para o povo salvadorenho obter agora, das nações amigas, o reconhecimento da representatividade da Frente Farabundo Marti e Frente Democrática Revolucionária nos foros internacionais como fizeram o México, Holanda, França e outros países, de forma que as conversações possam ser encaminhadas.

O Brasil, pela sua importância continental, constitui-se em peça chave na etapa diplomática que se avizinha e deve, por isso, dar seu reconhecimento oficial às duas frentes.

REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, a transcrição nos Anais deste Poder Legislativo, de matéria publicada pelo jornal "Gazeta do Povo", edição de 03 de maio de 1982, com o título: "A PROPÓSITO DO ESTACIONAMENTO PAGO NO ESTAR", do Dr. Aloisio Surgik.

Outrossim, requer ainda, aprovado o presente, dê-se ciência ao autor da matéria.

Sala das Sessões, em 04 de maio de 1982.

(a) NILSO SGUAREZI

JUSTIFICATIVA:

A amplitude da análise feita pelo Dr. Aloisio Surgik, a respeito do estacionamento Regulamentado, abordando o problema de forma direta e corajosamente, merece, sem dúvida, ficar registrada nos Anais da Assembléia Legislativa, para que a história no futuro, possa revelar os nomes daqueles que se dedicaram à luta em defesa do direito da sociedade brasileira.

Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 53/82

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1º — Fica declarada de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO MARRECAS DO BEM ESTAR AO MENOR — AMAR-BEM, com sede e foro na cidade de Francisco Beltrão.

Art. 2º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 03 de maio de 1982.

(a) LUIZ ALBERTO DE OLIVEIRA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que se pretende seja declarada de utilidade pública, vem prestando relevantes e inestimáveis serviços no campo da assistência social à comunidade de Francisco Beltrão, conforme os preceitos estatutários.

A documentação que anexamos ao presente comprova o preenchimento dos requisitos essenciais previstos na legislação estadual pertinente à matéria.

Com isso apresentamos o presente plano de lei, que esperamos receba o apoio e aprovação dos nobres Pares com assento nesta augusta Casa de Leis.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Está finda a leitura do Expediente.

Para o pequeno Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Declino, Sr. Presidente.

Apenas requereria a Vossa Excelência que incluisse o meu nome no Horário da Liderança do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE — Não havendo mais oradores para o Pequeno Expediente, concedo a palavra, no Grande Expediente, ao Sr. Deputado Gilberto Agibert Filho.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É inegável que o Brasil apresentou, especialmente nos últimos dois anos, um avanço incontestável em direção a um regime democrático. A concessão da anistia, a volta dos exilados, a liberdade de imprensa, são fatos que não podem ser jamais esquecidos. Eles compõem o quadro de um novo País.

Tão inegável quanto estes avanços, é o motivo que os ocasionou. Embora o Governo alardeie aos quatro cantos que a abertura política é uma decisão do regime autoritário, isso não é verdadeiro. Todos sabemos que o avanço em direção à democracia ocorreu em função de uma pressão popular contra o Governo. Afinal, o que seria deste País, com uma inflação de 110 por cento, com taxas assustadoras de desemprego e a maior dívida externa de toda sua história, se o povo não pudesse, ao menos, respirar um pouco mais livremente.

Prova de democracia, aliás, o Governo está dando agora. Trata-se de uma prova do tipo de democracia que o autoritarismo entende. A reabertura dos prazos de filiação para os descontentes com a incorporação do PP ao PMDB é uma prova da democracia do Governo. Uma democracia unilateral, que só beneficia a um partido que, curiosamente, é o Partido Democrático Social, o Partido do Governo. Não conheço, e nem meus

Companheiros de Oposição conhecem, qualquer outro País que adote tal iniciativa. Criar uma lei para beneficiar um único partido é uma iniciativa única e exclusiva deste Governo brasileiro. Aliás, em criação, nossos mandatários são verdadeiros mestres. Este é também o único País onde se instituiu um mecanismo chamado decurso de prazo. Medida essa que foi copiada por um longínquo país africano, a República dos Camarões.

Infelizmente, para todos os brasileiros, e especialmente para nós, políticos, esta é a democracia que o Presidente Figueiredo conhece. Um regime calcado em leis e decretos exclusivos para o beneficiamento do próprio Governo. Um autêntico regime possibilitaria não só aos integrantes do PP e do PMDB, mas aos militantes de todos os partidos políticos, fazer nova opção partidária.

Mas, isso, no entender dos mandatários desta Nação, não pode acontecer. Será que o Governo tem medo de perder todos os integrantes do PDS para a Oposição? Isso é bem possível. Afinal, este País e este Estado estão cheios de lobos vestidos de pele de cordeiro, são os maus políticos que agora, à cata de votos, fazem discursos condenando o próprio Governo a que pertence.

Eu quero dar o aparte ao nobre Deputado Gilberto Carvalho. Só peço para ser breve.

O Sr. Gilberto Carvalho — Nobre Deputado Gilberto Agibert Filho, não quero interromper seu discurso, mas não poderia deixar passar em branco quando Vossa Excelência diz que essa abertura de prazo de filiação foi para beneficiar o PDS.

Eu não sei, salvo se não li direito. Os que, por acaso, estiverem descontentes com o PP ou o PMDB, com esta incorporação, o que eu entendo é que eles podem ir para qualquer outro partido, não só o PDS. Eles podem escolher o PP, o PTB, o PDS, o PDT, qualquer um dos partidos. O que entendo é que essa nova abertura foi para facilitar aqueles descontentes com a incorporação que é o único partido que se incorporou — PP a PMDB.

Então, era justo que a abertura fosse para os descontentes desses partidos, mas nada impede que eles vão para qualquer outro partido e não especificamente o PDS.

Era essa a observação e agradeço o aparte que Vossa Excelência concedeu.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — O que eu quis dizer, Deputado, é que a lei dizia assim ser uma lei mais justa, que pudesse ter igualdade para todos os demais partidos. Porque, como Vossa Excelência sabe, os integrantes do PDS que queiram sair por qualquer motivo para o nosso partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro, não poderão fazer.

Então, o que estou aqui querendo dizer, é que a lei devia ser ampla, devia ser uma lei democrática, que não beneficiasse um ou outro partido.

O senhor pode ver que houve má intenção, porque a incorporação do PP ao PMDB nos municípios foi agora, domingo, isso naturalmente depois de ser feita a nível nacional, a nível estadual, e agora, dia dois de maio, domingo, nos municípios.

E, logo depois da incorporação feita nos municípios, deve começar a partir de hoje ou talvez amanhã, que já foi aprovado por decurso de prazo, é que vai começar a sutir os efeitos que o PDS quer, exatamente depois da incorporação, com aqueles descontentes por qualquer motivo, que não sei se haverá mas que possa escolher um outro partido, todos, menos o PMDB.

Então, é por isso que eu queria dizer e repetir, que no meu entendimento essa lei não é justa.

Tem o aparte o nobre Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O Sr. Tadeu Lúcio Machado — Nobre Deputado Gilberto

Agibert Filho, Vossa Excelência demonstra hoje na tribuna, a preocupação de todos os partidos da Oposição. Quando o Deputado Gilberto Carvalho disse que a reabertura de prazos não vem favorecer somente ao PDS, talvez houvesse um certo erro de enfoque por parte do nobre Deputado Gilberto Carvalho.

Veja bem Vossa Excelência, que com a nova organização partidária, os pequenos partidos enviabilizaram, tanto é verdade que o PP se obrigou a incorporar-se ao PMDB para garantir a sobrevivência de seus integrantes. A sobrevivência política.

Desta forma, a legislação eleitoral elaborada pelo Governo não teve outra finalidade senão a de favorecer o partido oficial.

Sendo assim, nobre Deputado, não resta a menor dúvida de que a legislação vigente hoje é altamente casuística e não tem outro motivo a não ser aquele, o de tentar, a qualquer curso, fazer com que o Partido do Governo chegue à vitória.

Mas nós sentimos que nem com as modificações que o Governo tem feito, tem levado, tem dado aos integrantes do partido oficial, uma esperança de vitória.

Tivemos a oportunidade de ver ontem, pela televisão, o ex-Prefeito de Londrina dirigindo-se ao Governador Ney Braga e dizendo a ele que iria amargar uma triste derrota, se continuassem as coisas no estágio em que estão.

Portanto, quero parabenizar Vossa Excelência pela oportunidade de vosso pronunciamento e da análise política nesta tarde.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço, Deputado

Tadeu o seu aparte, e Vossa Excelência põe muito bem o que acaba de falar. Porque realmente ontem tivemos oportunidade de ver pela TV, e eu até citei aqui em parte do meu pronunciamento, que os maus políticos agora à cata de votos fazem discursos condenando o Governo a que pertencem.

Não preciso dizer que concordo com Vossa Excelência em gênero, número e grau, e que foi uma lei tremendamente casuística visando assim beneficiar de todo o partido, o Partido do Governo, em detrimento do nosso partido que não vai se deteriorar nunca por esse motivo. Muito pelo contrário, estamos convictos e conscientes que a vitória em 15 de novembro será nossa tranquilidade.

Continuando, Sr. Presidente.

Mais provas de que esta democracia que estamos conhecendo é tipicamente de um regime autoritário não faltam. Além desse projeto aprovado por decurso de prazo na última segunda-feira, a Nação assiste representantes do Governo embaralhados com as regras eleitorais.

O Governo define uma legislação eleitoral que só beneficia o PDS, com medidas como a vinculação de votos. É público e notório que mesmo que tente o Governo, nada fará para ajudar os pequenos partidos.

Afinal, o pavor é tanto que os nossos mandatários acreditam que qualquer mudança na lei eleitoral prejudicará o PDS. O temor de uma derrota move assim todos os passos do nosso Governo. É este País e a democracia que vivemos nos dias de hoje.

Mas de nada adiantarão casuismos eleitorais, proibições e até prisões de candidatos, como já ocorreu por duas vezes em nossa Capital. O futuro do Brasil está selado, bem como o resultado das eleições de 15 de novembro próximo. Nem com o voto domiciliar, contagem de votos em branco a favor do PDS e outras iniciativas espúrias, o Governo conseguirá manter-se no poder.

A revolução do voto vai eliminar deste País o regime autoritário, prepotente e que só tem como meta a sua permanência no Poder. A mobilização popular em favor das

oposições será tão intensa que nem mesmo a tentativa de pulverizar os seus adversários ajudará o regime.

O Sr. Gernote Kirinus — Vossa Excelência me permite um aparte? — (Assentimento).

Nobre Deputado Gilberto Agibert, Vossa Excelência traduz a preocupação da Nação toda. O povo brasileiro está ansioso para com a democracia. O Presidente Figueiredo promete democracia e disse que estão de mão estendida.

E devo lembrar aqui as palavras do Senador Paulo Sard, enquanto que estende a mão direita, aos quais muitos iludidos agarram, é com a mão esquerda que assina os "pactos" porque é canhoto.

E assim também esquerda é a democracia que querem trazer para dentro da Nação. No entanto, o povo já sabe o que quer, já está definido e irreduzível em sua posição. Por isso, nem nos assustam tanto esses casuismos. Também não nos assustamos quando prendem arbitrariamente candidatos da Oposição, já em campanha.

Que é arbitrário, o sabemos, e sabemos que é apenas o prólogo, o sinal do que advirá pela frente. Talvez o Brasil nunca tenha assistido uma campanha política como esta que está aí pela frente. Cheia de casuismos e arbitrariedades. Mas nós sabemos que a mesma polícia que prende aqui estudantes ou candidatos da Oposição, a mesma polícia se desloca em número incrível para comunidades onde serão feitas inaugurações, como aconteceu em Santa Helena há poucos dias atrás. Inaugurações de obras onde o candidato oficial do Governo poderá reduzir, onde nada irá perturbar, onde talvez a simples presença de opositores já inspira medo e faz com que dois delegados, duas viaturas de polícia, vinte policiais sejam deslocados para lá.

Enquanto que há alguns dias atrás, se pedia reforço policial para trazer a paz numa fazenda em Santa Helena, e esta polícia não apareceu. Mas, para dar cobertura aos comícios inaugurais...

O SR. JOSÉ TAVARES — (Pela Ordem) Apenas para solicitar a Vossa Excelência informações a respeito do porquê a palavra do Deputado Kirinus foi cassada, já que o Deputado Gilberto Agibert está falando no Grande Expediente.

O SR. PRESIDENTE — (Fiori Luiz) Houve um pequeno lapso na orientação da Mesa e o Deputado Gilberto Agibert terá os quinze minutos completando os trinta, do Grande Expediente.

Continua com a palavra o Deputado Gilberto Agibert

O SR. JOSÉ TAVARES — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Tem a palavra o Sr. Deputado Gernote Kirinus.

O Sr. Gernote Kirinus — Concluo dizendo que, realmente, de democracia que estão nos oferecendo, há uma grande farsa; e esta farsa será descoberta pelo povo, nas urnas, em 15 de novembro.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço o aparte do nobre Deputado e não é preciso repetir aqui que concordo com suas palavras — bem postas, por sinal — e que vem esclarecer ainda mais o pronunciamento que faço hoje a esta Casa.

Continuo dizendo que no Paraná temos absoluta certeza de uma vitória da Oposição. A incorporação do PP ao nosso Partido, o PMDB, ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro, fortaleceu ainda mais nossa agremiação. Dissiparam-se todas as dúvidas, a Oposição será a grande vencedora do pleito de novembro próximo.

Mas a mudança não será concluída com a eleição de José Richa para o Governo, nossas metas são bem mais amplas, irão até uma alteração total nos rumos deste País.

As urnas...

O Sr. Trajano Bastos — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento).

Ilustre Deputado Gilberto Agibert, o assunto que Vossa Excelência traz à discussão na sessão de hoje, é realmente de maior importância no que diz respeito ao aprimoramento político desta Nação.

Ao analisarmos a reabertura de prazos para a filiação tão somente dos filiados ao PP e ao PMDB, temos que voltar a uma análise mais profunda do já famoso “pacote de novembro”, porque aquele casuismo imposto ao Congresso pelo sistema, o famoso “pacote de Cleveland”, tornou quase que impossível a disputa em termos de eleições majoritárias para os chamados pequenos partidos. Daí a incorporação do PP ao PMDB.

Não temos dúvida em afirmar de que este pacote é mais uma incoerência na conduta e no procedimento de Sua Excelência o Sr. Presidente da República, que tem apregoado aos quatro ventos desta Nação a sua disposição de fazer deste País uma democracia.

Esta afirmação e a incoerência subsequente, nos leva a duas interpretações: a primeira, que seria a falta de sinceridade do Chefe da Nação, quando fala em abertura política. Ou se esta intenção é sincera e este mesmo Governo envia ao Congresso, da maneira impositiva o “pacote de novembro, nos leva a outra interpretação que o Presidente da República, General Figueiredo, esteja neste momento de transição política deste País exercendo tão somente do seu poder formal, quando o poder real estaria sendo exercido pelo sistema.

Então, o protesto que Vossa Excelência lavra nesta hora é de maior oportunidade porque, muito embora pretendam elementos do Partido Oposicionista a outras interpretações, explicações que não convencem, realmente este pacote, esta reabertura de prazo vem com o endereço certo. É para evitar, é para beneficiar o Partido Situacionista.

Quanto a isto não temos dúvida e Vossa Excelência está coberto de razão quando aborda este assunto.

Mas, devo dizer também que o povo brasileiro, que há 18 anos vem sendo traído nos seus ideais de participação democrática, através de organização da sociedade civil, através dos sindicatos, através de todos os segmentos sociais brasileiros, o povo brasileiro vem tomando posicionamento que está acima destes casuismos impostos pelo Governo.

Eu tenho certeza de que o Governo, mais uma vez, dará com os burros na água, com mais esta pretensão casuística. Porque, a esperada debandada da primeira fase desta legislação, não correspondeu às expectativas do Governo. Não houve debandada alguma, pelo menos significativa que pudesse levar o Governo a alguma expectativa de melhora nos seus quadros.

Na segunda investida, terá o mesmo destino. Hoje os brasileiros que se filiaram ao PP e PMDB hoje incorporados, têm acima de suas pretensões pessoais, a consciência nítida de seu compromisso político e não eleitoral com a Nação.

Tenho certeza de que os brasileiros saberão responder a mais este casuismo do sistema brasileiro e que a 15 de novembro responderá pacificamente, mas também energicamente através do voto dando a resposta que este Governo não teve antes, simplesmente porque o povo brasileiro há 18 anos não tem o direito de escolher o seu governador do Estado em eleições diretas e desta feita terão oportunidade.

E não serão casuismos de última hora que poderão obstar a grande marcha oposicionista brasileira que rumará indubitavelmente para a conquista do governo, dos Estados do Brasil e,

posteriormente, através de que, se Deus quiser, de uma Assembleia Nacional Constituinte, que a bandeira de nosso partido alcançará também o direito de elegermos o Presidente da República, através de voto secreto, direto e universal.

Era esse o aparte que queria oferecer a Vossa Excelência.

Muito obrigado.

O SR. GILBERTO AGIBERT FILHO — Agradeço o aparte,

Deputado Trajano Bastos, e o incluo em meu pronunciamento, porque Vossa Excelência, nosso Líder nesta Casa, trouxe ao meu pronunciamento o enfoque todo especial quando diz, por exemplo, de que o povo saberá responder nas urnas, no dia 15 de novembro próximo, com sua arma, que é o voto.

Disso eu também tenho certeza e concordo plenamente com Vossa Excelência. O povo vai saber responder e vai saber usar a arma. Mais do que nunca.

Como Vossa Excelência tão bem disse, de que este mesmo povo está afogado na sua condição inalienável, de poder dar o seu voto numa eleição majoritária, como a de Governador do Estado do Paraná ou de qualquer outro Estado.

Porque Vossa Excelência há de concordar comigo, nas andanças políticas pelo interior, como era difícil de se fazer política, pedindo voto para prefeito, para vereador, e mesmo para deputado, onde já se tinha o Governador escolhido. Onde já se sabia que o Governador seria fulano de tal. E você então, pedindo ao povo, dando murro em ponta de faca, como a gente sempre comentava, tinha que admitir quando perguntado pelos eleitores, que o Governador já estava nomeado, que era fulano, que era ciclano.

Hoje as coisas mudaram e mudaram para melhor, é evidente, tenho que concordar com isso, porque hoje o povo está sabendo que não vai haver aquela pressão que tinha antigamente. De que não adianta votar no Partido da Oposição, se o Governador já é nosso. Hoje não existe mais disso. Hoje podemos gritar do palanque em que estivermos que o futuro Governador será eleito pelo povo, pela arma que o povo tem nas mãos.

E, como V. Ex.^a acabou de falar, o povo vai saber usar a arma que tem nas mãos, que é o voto, eu tenho certeza, como V. Ex.^a também tem, que aqui no Paraná, usará em favor de José Richa, em 82, ou seja, neste ano que estamos, elegendo-o para Governador deste Estado.

E, terminando, Sr. Presidente, digo que as urnas mostrarão a vontade popular de colocar fim a esse regime que está endividando cada vez mais o País e empobrece cada vez mais o seu povo.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (João Mansur) No horário reservado à Liderança do PMDB, concedo a palavra ao Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O Governador do Estado do Paraná, em data de 29 de abril do corrente ano, baixou um decreto, instituindo a gratificação de representação a uma parcela da Polícia Civil do Paraná, mais especificamente, a cargos de expressão, de chefia, da referida instituição e que diante das dificuldades por que passa toda a instituição policial civil, no que tange a salários, entendemos ser o nosso dever, de vir a esta tribuna, para tecer algumas considerações a respeito deste ato governamental. Uma das entidades de classe que representa uma parcela dos policiais civis do Paraná, que é a Associação de Criminalística do Estado, redigiu um memorial, vazado nos seguintes termos.

“MEMORIAL

A Associação de Criminalística do Estado do Paraná (ASCEP— Entidade que congrega servidores policiais civis da Polícia Científica (Peritos Criminais, Peritos Policiais, Peritos Médicos Legistas, Toxicologistas, Químicos Legais e Datilós-

copistas, reunida em Assembléia Geral Extraordinária, instalada em caráter permanente, em data de 29 de abril de 1982, vem a público externar o descontentamento e denunciar a injustiça que se estabeleceu no seio do quadro policial civil do Estado, considerado em sua totalidade, em virtude do Decreto Governamental sob n.º 4988, de 20/04/82, publicado no Diário Oficial de 22/04/1982, que concedeu gratificações de representação, e da Mensagem Aditiva ao Estatuto da Polícia Civil, referente ao Anexo de Vencimentos, que pretendia corrigir distorções dos índices salariais dos policiais.

Esta Associação reconhece, com toda honestidade, que a concessão de gratificação de representação de gabinete é instrumento eficaz de redignificação dos cargos de chefia da Polícia Civil, até o presente mal remunerados em proporção às responsabilidades a eles inerentes. O QUE SE QUER DENUNCIAR é o fato de que, na prática, tais gratificações, a considerarem-se os aviltantes vencimentos dos policiais civis paranaenses, vêm se constituir em reajuste salarial camuflado para poucos beneficiários.

Injustiça diante da qual a omissão poderia com ela se confundir. Injustiça em relação aos demais policiais de nível universitário: se antes dessa concessão já eram notórias as diferenças de vencimento básico entre seus beneficiários e os demais servidores de grau idêntico de escolaridade — e essas disparidades eram então justificadas pela maior responsabilidade daqueles — atualmente elas assumem um caráter de incontestável discriminação. Distorção não reparada nem mesmo na Mensagem Governamental Aditiva ao Estatuto da Polícia Civil, ora em trâmite na Assembléia Legislativa, e que teria o objetivo de “sanar distorções”.

Mais injusta do que a situação de marginalização imposta, de igual maneira, aos policiais de escolaridade de primeiro e segundo graus, seria a omissão irresponsável. Dizer-se que a referida Mensagem Aditiva corrigiu distorções salariais de modo equitativo e abrangente seria tão falacioso quanto sua orientação, que, além de não estender benefícios a todos os representantes do setor policial civil, visou recompensar, ainda que de maneira precária, funcionários com mais tempo de serviço, como se estes não recebessem adicionais correspondentes a esse tempo, e como se os mais novos policiais não tivessem as mesmas carências materiais e idênticas responsabilidades funcionais.

Cumprido, nessa hora, denunciar que tais medidas, por elitistas e certamente visando objetivos políticos emergenciais entre outros inconvenientes, vêm estabelecer gradativa desunião entre a própria Classe Policial Civil do Estado, onde muitos são os extremamente necessitados e poucos foram os agraciados.

Esta entidade, desesperançosa ante a insensibilidade administrativa, onde jamais ressoaram seus justos apelos, propugnar, a persistir tal estado de coisas, em alertar sistematicamente a consciência política do servidor policial que, ao exame dos fatos, certamente emitirá, a seu tempo, um criterioso julgamento.

Momento infeliz esse, o escolhido para premiar tão poucos, enquanto muitos não têm acesso ao que lhes pertence de direito!

Reunião Extraordinária da Assembléia Geral da Associação de Criminalística do Estado do Paraná, instalada em caráter permanente.

Curitiba, 29 de abril de 1982.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados, creio que pela leitura deste Memorial dá para se deprender da insatisfação reinante, hoje, no seio da Polícia Civil do Paraná, diante de uma série de fatores e de situações que vêm se arrastando ao longo destes anos. Mais especificamente, diante deste decreto governamental que entendemos, em parte, ser justo, na medida em que vemos beneficiar uma parcela de policiais de carreira. Mas, entendemos também ser injusta, na medida em que outras categorias deixam de receber idêntico tratamento.

Concordo com a Associação de Criminalística, quando diz

que tais medidas, as constantes do decreto, são elitistas e, certamente visando objetivos políticos emergenciais. Porque beneficia uma determinada parcela de uma instituição que, como um todo, merece um tratamento equitativo, que, como um todo, merece maiores atenções por parte do Governo.

Sabemos todos que o funcionalismo, de um modo geral, isto para não adentrarmos na classe trabalhadora da iniciativa privada, vem ressentindo os reflexos da inflação e do elevado custo de vida, principalmente os servidores estaduais e municipais, aqueles estatutários que recebem aumento uma vez por ano, esses têm sido sacrificados diante do elevado índice de inflação e de custo de vida.

Por conseguinte, queremos deixar bem claro, aqui, que não estamos contra que esses policiais — quase na sua maioria delegados de carreira, uma parcela deles sejam aquinhoados com essa gratificação de representação. Não. Somos, sim, a favor de que eles recebam esta ajuda. Mas, o que queremos, também, e é por isto que aqui estamos, é que essa gratificação de produtividade seja incorporada aos vencimentos básicos do delegado.

Por que isto? Porque é norma que todos os demais salários, de todas as categorias funcionais da Polícia Civil, tenham os seus vencimentos arbitrados e fixados com base no salário do delegado. E, na medida em que esta gratificação de produtividade, baixada pelo decreto 4988, de 20 de abril do corrente ano, for incorporada aos vencimentos dos delegados, todos os demais cargos, toda a Polícia Civil será beneficiada. Porque, seus vencimentos, os seus salários, são fixados com base no teto máximo do delegado.

Por esta razão, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é que estamos, aqui, desta tribuna, em nome da Liderança do meu Partido, o PMDB, para formalizar um apelo ao Sr. Governador do Estado que, através deste decreto tem demonstrado que procura corrigir as distorções e as injustiças que existem no meio salarial da Polícia Civil do Estado do Paraná, procure incorporar tal benefício, porque assim agindo ele estará atendendo aos anseios e aos reclamos dos delegados, daqueles que ocupam cargos de chefia, na Polícia Civil, mas estará sobretudo ajudando, beneficiando, atendendo a apelos de toda uma categoria funcional que vem se ressentindo — que vem se ressentindo, repito — às dificuldades salariais diante da inflação, diante da corrosão salarial imposta neste País.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, o nosso apelo, basicamente, é no sentido de que os benefícios aludidos no Decreto n.º 4988, de 20 de abril do corrente ano, sejam incorporados aos vencimentos básicos do Delegado de Carreira porque, em assim agindo estaria, o Governo do Estado, beneficiando toda a Polícia Civil do Paraná. Como eu disse e creio ser interessante repetir aqui, até como forma de sensibilizar os Deputados do Governo nesta Casa, na medida em que tais benefícios forem incorporados ao salário básico, do Delegado, todas as demais categorias funcionais da Polícia Civil do Estado do Paraná estarão sendo beneficiadas e, conseqüentemente, recebendo u'a maior atenção e ajuda salarial do Governo do Estado do Paraná.

É com este espírito e com este propósito, que nós viemos hoje à tribuna, para, ao tempo em que registramos a preocupação da Associação de Criminalistas do Estado do Paraná, informada com esta discriminação, apelar para o bom senso dos nobres colegas Deputados da bancada do Governo nesta Casa e, ao mesmo tempo esperando que o Sr. Governador Ney Braga, ao tomar conhecimento deste nosso apelo, procure atender esta reivindicação e que, com isto, estaria corrigindo esta injustiça e outras injustiças que existem no meio policial civil do Paraná!

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Em nome da Liderança do PDS, concedo a palavra ao Sr. Deputado Aírton Cordeir

ro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Primeiramente, formulamos um apelo à Presidência da Casa para que submeta à apreciação do Plenário deste Poder, com prioridade, um requerimento que encaminhamos à Mesa, solicitando a suspensão da sessão plenária de amanhã, e a convocação de outra sessão, para as 10:00 horas da próxima sexta-feira, pois que amanhã, nesta Casa, será velado o corpo do Cidadão Benemérito do Paraná, Engenheiro Ophir Woitowicz; justifica-se por razões óbvias, a suspensão da sessão de amanhã; e devo esclarecer que, solicitamos à Presidência, a convocação de uma reunião para sexta-feira, para que não tenhamos nenhum atrapalho na votação das matérias que se encontram na Ordem do Dia.

Por outro lado, Sr. Presidente, queremos dizer, desta tribuna, em nome do nosso Partido, que, ontem, ao aprovarmos o requerimento que solicitava a retirada da Ordem do Dia, do Estatuto da Polícia Civil, nós o fizemos, com a intenção de propiciar, por um dever de justiça e de direito inclusive, à Comissão Especial que analisou o Estatuto, a prerrogativa de analisar a Mensagem Aditiva encaminhada a este Poder, e, hoje, aqui estamos, para formular uma solicitação ao Presidente da Casa, para que, esta matéria retorne à Ordem do Dia da sessão da próxima segunda-feira, admitindo-se como perfeitamente normal que, o prazo concedido, de 72 horas, considerado o retorno da matéria à Ordem do Dia de segunda-feira, à Comissão Especial, para se manifestar sobre a Mensagem Aditiva, é plenamente satisfatório. E justificamos não só a decisão de ontem no exercício da Liderança do Governo nesta Casa, quanto o apelo que fazemos, hoje, a Vossa Excelência.

A decisão de ontem, pelo fato de entendermos que merece a nossa consideração, toda e qualquer entidade que represente uma classe profissional, e as entidades que representam o Pessoal da Polícia Civil do Governo do Estado, estão realmente interessadas em discutir um pouco mais, esta matéria, da mesma forma, como sinto ser do interesse da Comissão Especial que estudou e estuda o Estatuto da Polícia Civil, aprofundar um pouco mais a sua análise sobre a matéria, e trazer, quem sabe, novos subsídios para a decisão soberana do Plenário da Assembléia Legislativa.

Por esta razão é que nós não fizemos qualquer tipo de restrição, qualquer tipo de objeção à retirada da matéria da Ordem do Dia, e é também pelo fato de sabermos que há muito tempo, os que servem à Polícia Civil do Estado do Paraná, pleiteando o seu Estatuto próprio, há muito tempo este Pessoal aguarda este documento jurídico que é tão importante para a atividade profissional, é que nós solicitamos que a matéria retorne à Ordem do Dia da próxima segunda-feira, mesmo porque, no requerimento do Deputado José Tavares, não houve a especificação do número de reuniões para que esta matéria ficasse fora da Ordem do Dia. E devo informar...

O Sr. José Tavares — Vossa Excelência me concede um aparte, um instantinho só, apenas para que esclareça Vossa Excelência? (Assentimento).

Apenas para demonstrar, apesar de concordar com o que Vossa Excelência fala, a preocupação de que, o projeto foi realmente retirado da Ordem do Dia e com o consentimento da bancada de Vossa Excelência o que entendo inclusive como medida de bom senso, mas, até o presente momento, este Deputado, na qualidade de Relator, não recebeu o projeto, e, hoje é quarta-feira, a sessão de amanhã, ela será suspensa em decorrência do empresário Ophir Woitowicz, e a de sexta-feira, não sei, se esta Mensagem não retornar à Comissão e esta não se reunir para analisar a Mensagem Aditiva, eu fico preocupado em que, segunda-feira ainda não esteja, não se dê tempo para que o Estatuto e a Mensagem Aditiva retornem ao Plenário.

Então, apenas fiz este aparte a Vossa Excelência, para

demonstrar também, a nossa preocupação com relação ao problema tempo, fator tempo, já que a Comissão até agora não foi convocada ou reconvocada, para analisar tal assunto.

Muito obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Eu, socorrendo-me do aparte de Vossa Excelência, apelo ao Sr. Presidente da Casa para que faça chegar às mãos de Vossa Excelência, na qualidade de Relator da Comissão Especial, o Processo, e, o Deputado José Domingos, nosso companheiro de Partido, certamente vai se pronunciar sobre a convocação desta Comissão Especial.

A ele eu concedo aparte, neste momento.

O Sr. José Domingos — Sr. Deputado Airton Cordeiro, nós recebemos a Mensagem Aditiva ao Estatuto da Polícia Civil, na Comissão Especial, em data de ontem, e a Mensagem Aditiva do Sr. Governador propõe algumas melhorias em determinadas carreiras da Polícia Civil, melhorias, Sr. Deputado, que, no nosso entendimento, nós que trabalhamos na área policial deixam a desejar — já queremos expressar este posicionamento, e nos concedemos o direito de discordar, por exemplo, dos índices dados em especial às classe menores da Polícia Civil, no caso por exemplo, os Auxiliares de Necrópsia, Motoristas Policiais, Agentes de Segurança; foram dados alguns índices de aumento, mas muito distantes da realidade, porque imaginava-se em especial para a carreira de Agente e este assunto foi bastante debatido na Comissão Especial, inclusive com a participação ativa do Deputado Tavares, que com o desaparecimento da Carreira de Investigador Policial, o agente fosse colocado naquele nível e o motorista também tivesse um posicionamento melhor nos índices percentuais de vencimentos.

No entanto, a Mensagem do Governador retrata aquilo que já fora acertado no mês de dezembro do ano passado, quando a matéria entrou para a Ordem do Dia. Os índices são os mesmos apresentados no mês de dezembro, quando apenas seriam mexidos os percentuais de agentes. Hoje se mexe também no motorista policial, no auxiliar de necrópsia e melhora a posição dos escrivães que estão agora equiparados aos peritos.

Deputado Airton Cordeiro, o Estatuto da Polícia Civil é uma velha reivindicação. Entendemos que a luta salarial deve continuar, principalmente pelas categorias menores, mas o Estatuto precisa ser aprovado. Hoje ainda ouvimos membros da União da Polícia Civil. Agora ouvíamos, pelo telefone, escrivães de polícia, todos interessados na aprovação do Estatuto, porque há de se aditar aqui que não apenas os índices percentuais são importantes. É importante a matéria pelas muitas vantagens que a mesma apresenta, à Polícia Civil, à classe total.

Por exemplo, o Conselho da Polícia, para citar um caso de vantagem: Ele passe de 7 para 11 membros. Hoje são 7 membros com 2 indicados pelo Secretário de Segurança. Agora com 11 membros, apenas 1 será indicado pelo Secretário de Segurança e será realmente um Conselho, dentro da Polícia Civil, que terá condições decisórias.

Muitos agentes hoje enfrentam problemas graves e sérios, por exercerem a função de carcereiros. Então são obrigados a ficar na guarda de presos, e fugas acontecem e então acabam sendo punidos por estarem fazendo aquilo que não é do seu dever.

No Estatuto está sendo criada a carreira de carcereiro. Outro ponto importante: a remoção. Hoje remoções são feitas de qualquer jeito. O delegado não gosta lá do policial tal, resolve mandá-lo embora e ele é removido. Um político, não gosta da atuação do delegado na sua área, pede para ele ser removido e ele é removido. Pelo Estatuto que está tramitando, remoção somente poderá ser feita após a realização de uma sindicância. Isto é muito importante e aguardado pela classe.

Quando da discussão da matéria, a partir da próxima semana e esperamos que a matéria entre na Ordem do Dia, apelamos inclusive para o Deputado Tavares que nós façamos uma reunião, o quanto antes, talvez após esta, para lá conversarmos,

debatermos, trocarmos idéias sobre o aditamento que está aqui. Vamos falar sobre acesso, estágio probatório, a promoção por merecimento, merecimento, porte de armas e insígnias, depois que o policial aposentar-se. Às vezes o policial trabalha 35 anos, sai da Polícia e daí não leva insígnia, não leva porte de armas, deixa de ser policial, após 35 anos. Com o Estatuto, ele vai continuar com as insígnias e com o seu porte de armas.

Vamos falar também do assunto relacionado à gratificação que consta também no Estatuto, ajudas de custo, auxílio médico e hospitalar, promoção quando processado, conversão da pena disciplinar em multa, há muitas vantagens no Estatuto.

O Deputado Tavares, que participou conosco da Comissão, nas várias reuniões, com a presença dos representantes das diferentes classes da Polícia, debateu muito o assunto. Ele está perfeitamente consciente da importância do assunto e por isto, nós, acreditando num diálogo, numa troca de idéias, teremos condições de, na próxima semana, colocarmos esta matéria na Ordem do Dia. Por que mais, Deputado Airton Cordeiro? A Assembléia deve receber por estes dias, também, a Mensagem da contagem recíproca, deve receber a mensagem da aposentadoria dos professores aos 25 anos e outras matérias muito importantes para a classe funcional do Paraná. Então, nós teremos muito trabalho aqui nesta Casa e por que ficarmos aqui segurando uma mensagem que está na Assembléia Legislativa desde 30 de abril de 1981, há mais de um ano que está aqui a Mensagem do Governador Ney Braga sobre o Estatuto da Polícia Civil, a Mensagem 39/81.

Entendemos que devemos apressar o trabalho da Comissão e esperamos mesmo que na próxima semana o Estatuto esteja na pauta da Ordem do Dia.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Agradeço duplamente a Vossa

Excelência Deputado José Domingos, primeiramente pelo conhecimento que traz da matéria como pessoa extremamente ligada à área policial e como político sensível às preocupações que afligem a área policial do Paraná. E em segundo lugar porque, com profundo conhecimento de causa, Vossa Excelência também poupou este Deputado de fazer considerações semelhantes a que Vossa Excelência fez com tanta eficiência sobre esta matéria. E agradecer a compreensão de Vossa Excelência como a compreensão do Deputado Tavares, no sentido de que a Comissão Especial faça sua reunião o quanto antes possível, emita o seu parecer, para que o Presidente possa também atender ao nosso apelo e fazer retornar à Ordem do Dia o Estatuto da Polícia Civil já na sessão da próxima segunda-feira.

Era só Sr. Presidente, muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa consulta à Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro se deseja fazer uso do horário que lhe é reservado. — (Declina).

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Luiz Alberto de Oliveira, constante do expediente. Necessita de apoio. — **Apoiado.** — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Trajano Bastos, na qualidade de Líder do PMDB, constante do expediente, solicitando a substituição do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, indicado para compor na qualidade de Membro Suplente da Comissão Parlamentar de que deverá apurar responsabilidades e causas das enchentes do Rio Paraná e seus afluentes. — Ao Departamento Legislativo, para anotar.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Airton Cordeiro,

constante do expediente, solicitando a suspensão da Sessão Plenária do dia 06 do corrente mês, tendo em vista que na Capela desta Casa será velado o corpo do Engenheiro Ophir Ruy Witowicz, e solicita ainda a convocação de sessão plenária para as 10:00 horas do dia 07 do corrente. — **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Léonidas Chaves, constante do expediente, solicitando preferência de discussão e votação para os Projetos de Lei n.ºs 90 e 91/81, constantes da Ordem do Dia marcada para a sessão de hoje. — **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado:

1.ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 90/81, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que cria o Município de Turvo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — **Aprovado.**

PROJETO DE LEI N.º 90/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná
D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Município de Turvo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, sede na localidade do mesmo nome e divisas do atual Distrito Administrativo de Turvo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

Apoio: ANTÔNIO FACCI, LUIZ GABRIEL SAMPAIO, NELSON BUFFARA e PINTO DIAS.

JUSTIFICATIVA:

O Distrito de Turvo, no Município de Guarapuava, em face da sua localização geográfica e diante de todos os requisitos que a Lei Complementar n.º 1, de 09 de novembro de 1967, exige, de há muito está a merecer sua emancipação político-administrativa.

Os recursos econômicos de que dispõe, serão potencializados com a posse do poder de decidir sobre o seu futuro. Ali já se estruturou um núcleo urbano capaz de centralizar a vida municipal e encaminhar os seus serviços de acordo com o peculiar interesse.

Portanto, a autonomia representará à população de Turvo, não apenas o reconhecimento de sua alta pujança, mas sobretudo funcionará como fator acelerador e liberador de todas as suas potencialidades econômicas, sociais, políticas e culturais, em benefício do próprio Estado.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 90/81

Retorna a esta Comissão de Justiça, para fins de reexame, o Projeto de Lei n.º 90/81, de autoria do nobre Deputado Léonidas Chaves, que tem por finalidade a criação do Município de Turvo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com divisas que especifica e sede na localidade do mesmo nome.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, houve resposta maciça de sua população que acorreu às urnas para expressar sua aprovação à criação daquela comuna.

O resultado de tal votação bem caracteriza o desejo da população do Distrito de Turvo em transformar-se numa nova comuna paranaense e assim prosseguir na sua contribuição em prol do crescimento do Estado do Paraná.

Com isso, foram cumpridas as formalidades legais e regimentais e nestas condições o processo deverá baixar à deliberação do Plenário para merecer a sua aprovação final.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela APROVAÇÃO.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

1.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 91/81, de autoria do Deputado LEÔNIDAS CHAVES, que cria o Município de Santa Galo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com sede na localidade do mesmo nome e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

PROJETO DE LEI N.º 91/81

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1.º — Fica criado o Município de Santa Galo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, sede na localidade do mesmo nome e divisas do atual Distrito Administrativo de Santa Galo.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 31 de agosto de 1981.

(a) LEÔNIDAS CHAVES

Apoiamento: ANTÔNIO FACCI, LUIZ GABRIEL SAMPAIO, AIRTON CORDEIRO, NELSON BUFFARA e PINTO DIAS.

JUSTIFICATIVA:

A documentação que acompanha esta proposição, demonstra o anseio dos moradores de Santa Galo de ver seu Distrito elevado à alta condição de Município, em razão do potencial econômico, social e cultural.

A emancipação política de áreas como a de Santa Galo constitui ato inegavelmente acelerador do desenvolvimento em todos os setores da atividade.

Como centro autônomo das decisões políticas e administrativas, o novo Município escolhe seus caminhos e assume sua identidade, em benefício do próprio Estado.

Portanto, Santa Galo muito receberá desta atribuição do Estatuto emancipador e, conseqüentemente, muito contribuirá para o progresso do Estado do Paraná.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Parecer ao Projeto de Lei n.º 91/81

Retorna a esta Comissão de Justiça, para fins de reexame, o Projeto de Lei n.º 91/81, de autoria do Deputado Leônidas Chaves, que tem por finalidade a criação do Município de Santa Galo, com território desmembrado do Município de Guarapuava, com divisas que especifica e sede na localidade do mesmo nome.

Realizado o plebiscito para se dar cumprimento ao mandamento legal, houve resposta maciça de sua população que ocorreu às urnas para expressar sua aprovação à criação daquela comuna.

O resultado de tal votação bem caracteriza o desejo da população do Distrito de Santa Galo em transformar-se numa nova comuna paranaense e assim prosseguir na sua contribuição em prol do crescimento do Estado do Paraná.

Com isso, foram cumpridas as formalidades legais e regimentais e nestas condições o processo deverá baixar à deliberação do Plenário para merecer a sua aprovação final.

Em tais circunstâncias, nosso parecer é FAVORÁVEL,

opinando-se pela APROVAÇÃO.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 04 de maio de 1982.

(aa) PAULO CAMARGO — Presidente

JURANDIR MESSIAS — Relator

4.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 24/80, de autoria do Deputado TÚLIO ZANCHET, que cria o Município de Pranchita, com sede e divisas que especifica. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade, COM EMENDA SUBSTITUTIVA DE PLENÁRIO. — EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 02/82, oriundo de Parecer aprovado por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA, que autoriza a realização de plebiscito em área que especifica, no Município de Chopinzinho, para fins de consulta à população sobre a criação do Município de Sede Sulina. EM REGIME DE URGÊNCIA. — Aprovado.

3.^a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 100/81, de autoria do Deputado JOÃO MANSUR, que declara de utilidade pública o "IATE CLUBE DE GUARATUBA", com sede no Município do mesmo nome. Parecer FAVORÁVEL da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. TRAJANO BASTOS — (Pela ordem) Solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa defere e irá proceder a verificação de votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, apenas solicito um esclarecimento de Vossa Excelência, quanto às matérias votadas.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa informa ao nobre Deputado que já foram aprovados os Projetos de Lei 90/81, 91/81, 24/80 e 2/82, e está sendo feita a verificação de votação do Projeto de Lei n.º 100/81.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (João Mansur) — A Mesa solicita aos Srs. Deputados que aprovam o projeto de lei, queiram levantar-se.

Os Srs. Deputados que rejeitam, queiram levantar-se.
15 Srs. Deputados aprovam, nenhum rejeita. Não há "quorum" para prosseguimento da sessão.

Nestas condições, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para sexta-feira, dia 07, às 10:00 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

REDAÇÃO FINAL — dos Projetos de Lei n.ºs 24/80 e de Resolução n.º 02/82.

2.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 67, 90, 91, 144, 148, 157, 159, 163/81 e 31, 35/82.

1.^a DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 61, 81, 111, 173/81 e 02, 08, 09, 10 e 15/82.

Levanta-se a sessão.